

# A literatura rumo à Modernidade - via Konstanz e Frankfurt

Literature towards Modernity – via Konstanz and Frankfurt

Marcos F. Campos da Rocha<sup>1</sup>

*A recepção da literatura alemã de pós-guerra no exterior mostra que ela é também entendida como um ramo funcional da historiografia mais recente e que justamente aí reside sua competência – uma competência que fala por si.*

Siegfried Lenz

**Abstract:** This paper aims to study how two of the most productive German theories from the sixties and seventies of the last century - Hans Robert Jauss' *Rezeptionsästhetik* and Jürgen Habermas' *Kommunikatives Handeln* - could be woven together in order to make possible new insights over a particular German literary genre.

**Key-words:** German literature - literary studies – *Rezeptionsästhetik* - *Kommunikatives Handeln*

**Resumo:** Este texto tem por objetivo recontextualizar uma das teorias literárias mais produtivas surgidas na segunda metade do século XX, na medida em que ela interagiu com conceitos filosóficos amadurecidos na mesma época. Em particular, pretendemos discutir o modo como a *Estética da Recepção*, desenvolvida ao longo dos anos 1960 e 1970, na Universidade de Konstanz, pôde e ainda pode proporcionar iluminações à literatura quando associada aos estudos de Jürgen Habermas junto à Escola de Frankfurt, também ao longo daquelas décadas e das seguintes.

**Palavras-chave:** Literatura alemã - Teoria Literária - Estética da Recepção - Agir Comunicativo

---

<sup>1</sup> Professor Adjunto de Língua e Literatura Alemã, Depto. de Línguas Estrangeiras Modernas, do Instituto de Letras da Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói/RJ, Brasil. E-mail: [mfqprojtoparamount2001@yahoo.com.br](mailto:mfqprojtoparamount2001@yahoo.com.br)

**Zusammenfassung:** In diesem Aufsatz soll eine der produktivsten literaturwissenschaftlichen Theorien, die in der zweiten Hälfte des 20. Jahrhunderts entstand, neu betrachtet werden. Das Ziel ist erfolgsversprechend, weil sich diese Theorie mit zeitgenössischen philosophischen Begriffen Jürgen Habermas' auseinandersetzt. Im Besonderen soll untersucht werden, wie die während der sechziger und siebziger Jahre in Süddeutschland entwickelte *Rezeptionsästhetik* immer noch imstande ist, neue Einsichten auf ein bestimmtes Literaturgenre zu ermöglichen.

**Stichwörter:** Deutsche Nachkriegsliteratur - Literaturwissenschaft - Rezeptionsästhetik - kommunikatives Handeln

## 1. Origens

O presente estudo é derivado de outra pesquisa realizada pelo autor, em 2004, intitulada *Literatura de confronto e Estética da Recepção como instrumentos da Modernidade*, ainda não publicada. Na ocasião, o objetivo era demonstrar que a *Teoria da Recepção*, aliada às ideias de Habermas, constituía-se em lente apropriada para o exame de uma literatura chamada **literatura de confronto ou de resgate**, cujos autores pertencem ao grupo mais significativo da literatura alemã desde o pós-guerra até pelo menos o final do século XX. Como se sabe, essa *Vergangenheitsbewältigungsliteratur*, que durante certo tempo se confundiu com a literatura de pós-guerra, investiga os envolvimento pessoais de alemães, *Reichsdeutschen*, com a ideologia nacional-socialista durante aqueles anos de desconcerto do mundo.

Deixaremos de lado, aqui, todas as passagens referentes à análise das obras literárias selecionadas para o estudo e nos limitaremos a uma exposição bastante editada que visou à integração das duas teorias, a saber, a **Estética da Recepção**, na forma desenvolvida por Hans-Robert Jauss e a **Teoria do Agir Comunicativo**, de Jürgen Habermas. As referências à literatura de confronto servirão, entretanto, para ilustrar a maneira como a **Estética da Recepção** ganha vigor ao ser exemplificada com o desempenho histórico do gênero literário de confronto. Veremos aqui, de forma bastante concisa, como se apresentam estas imbricações e como elas ainda se mantêm férteis. Trata-se de estruturas de base iluminista cujo vigor é constantemente reiterado pelas urgentes circunstâncias que afligem não só uma ou outra nação, um ou outro continente, mas o planeta inteiro. Na última seção, a fim de ilustrar os conceitos expostos nos cinco primeiros blocos, apresentaremos alguns comentários acerca de um dos títulos mais representativos da literatura de confronto.

## 2. Konstanz

Após a Segunda Grande Guerra, e durante todo o longo período que se caracterizou como “pós-guerra”, a “desnazificação” da República Federal Alemã suscitou também outras iniciativas de recondução ideológica que se efetuavam na área de estudos literários. Além do renomado Grupo 47, formara-se, no início da década de 1960, o Grupo 61, voltado para uma aproximação com o mundo do trabalhador até então ignorado pela literatura. Entre 1967 e 1970, Hans Robert Jauss apresentava na Universidade de Konstanz, no sul da Alemanha, uma nova teoria que procurava resgatar o papel do sujeito na construção da história, restituindo-lhe o estatuto de coparticipante na atribuição de significado ao texto e, em consequência, na leitura do mundo.

A **Estética da Recepção** vem propor justamente a observação das condições sociais e históricas vigentes na ocasião da produção de uma obra literária a fim de que se efetue uma  **fusão de horizontes**, isto é, tanto aquele do contexto cronológico de referência como o do próprio leitor, afastado daquelas circunstâncias no tempo e no espaço. Ele terá de empreender um esforço que tentará adaptar sua experiência e seus conhecimentos históricos e literários previamente adquiridos ao plano da obra em mãos. Uma vez que as normas estéticas e o conjunto de expectativas mudam de uma época para outra, é natural que a recepção de obras do passado se dê sob uma nova ótica que não a descaracteriza, mas necessariamente a atualiza.

A atualidade da obra literária é constatada por sua caducidade, atestada por seu poder de resposta a perguntas colocadas por um  **horizonte de expectativas** (CULLER 1999: 120) que se renova ao longo dos tempos, mas considera as condições do horizonte existentes na ocasião que primeiro acolheu o texto. Sem essa compreensão, a recepção da obra dependeria apenas das expectativas do presente, que, forçosamente, serão muito diferentes das do passado. A ausência do horizonte remoto deixará de proporcionar ao leitor um painel mais largo de informações e de relações que enriqueceriam sobremaneira sua experiência. JAUSS (1970b: 242) nos fala de um diálogo entre o “hoje” e o “então” que renova o entendimento e provoca uma tensão que impede a estagnação do significado:

Na tradição histórica da arte uma obra do passado não se perpetua através de uma questão eterna nem pelas respostas imutáveis, mas sim por uma relação de tensão mais ou menos

aberta entre a pergunta e a resposta, entre o problema e a solução, que promove um novo entendimento e a retomada do diálogo do presente com o passado.

Se, por exemplo, imaginarmos a recepção de *Memórias de Adriano* (1951), de Marguerite YOURCENAR, fora do contexto de revisão de hábitos e costumes que ocorreu durante a década de cinquenta no ocidente, passaremos ao largo de uma parte considerável da obra. O tema da mudança de costumes é abordado pelo ângulo da decadência, pelo testemunho do personagem sobre o fim de uma civilização. A não-identificação dessa intenção pode significar a perda de oportunidade de refletir sobre as semelhanças dos dois momentos, a ausência dessa relação pode se constituir em vazio de sentido que fará da leitura da obra uma experiência unidimensional.

Wolfgang Iser é um dos precursores da **Teoria da Recepção**; em seus estudos, encontramos um componente, de fato, diacrônico, perceptível através do conceito de “atualização de textos”, os quais, quando submetidos a uma segunda leitura, fornecem meios para a resolução de **espaços vazios** deixados num primeiro contato. Contudo, não há ali nenhuma alusão às diferentes formas de contextualização que a experiência histórica proporciona à literatura. Esta crítica é aceitável na medida em que Iser se ocupa preferencialmente dos problemas de recepção sincrônica, enquanto Hans Robert Jauss tratou a questão tomando em consideração toda a mudança do cenário da recepção ao longo do tempo. (HOHENDAHL 1983: 111).

Percebem-se nas teses de ISER (1971) certa idealização do leitor e uma tendência a atemporalizar a literatura. Em outras palavras, Iser não chega a sugerir outra categorização para as indeterminações nem as focaliza dentro de uma perspectiva social cronológica. Apesar de pertencer à mesma escola de Iser, Jauss propõe uma localização histórica da literatura, no que se distingue do colega, indicando um alargamento da ciência literária e um avanço em relação às teorias anteriores.

Assim como os **pontos de indeterminação** e a **atualização de significados** constituem os aspectos centrais das teses de ISER (1979), em Jauss podemos identificar alguns tópicos que melhor caracterizam seu modelo. Dentre eles, o contraste entre a explicação do processo de crítica vigente há cinquenta anos e a reconstrução do processo histórico de recepção literária (JAUSS 1979: 46) parecem ser os que suscitam maior oportunidade de revisão e de interpretação.

Jauss dirige boa parte de sua argumentação crítica sobre a teoria do método formalista, no qual ocorre completa desvinculação da obra literária de todas as suas “condicionantes históricas” (JAUSS 1994: 18). Isto é, o exame literário concentra-se sobre as características encontradas exclusivamente no texto, esgotando, talvez, suas possibilidades, mas se recusando a situar a obra historicamente, não considerando nem as circunstâncias sociais nem culturais da ocasião de seu aparecimento, muito menos as prováveis mudanças de significado que possam ter ocorrido em virtude da passagem do tempo.

De fato, a crítica formalista, assim como mais tarde ocorreria com a escola estruturalista, renunciava a qualquer análise fundamentada em referências externas. Ambas as correntes insistiam no exame dos dados sempre presentes na obra literária, dos elementos intrínsecos a ela, exclusivamente de ordem linguística e literária, lançando apenas um tímido olhar sobre certos dados sociais, morais, religiosos que não poderiam ser ignorados nem pelo contexto (ambientes militares, religiosos, coloniais ou revolucionários), nem em função do esclarecimento do fenômeno literário. A corrente formalista orientava-se pela originalidade da linguagem do autor, em geral, na poesia, submetendo-o a contraste com obra anterior. Para tal, tomamos como exemplo um título de POMORSKA (1972), *Formalismo e Futurismo*. Na prosa, recorria-se aos preceitos estruturalistas através do exame dos elementos construtivos, de sua “tipificação” (JAUSS 1994: 43 e 50). Podemos dar como exemplo a estrutura recorrente dos romances policiais tão bem sistematizada por TODOROV (1970) em *As estruturas narrativas*. Ambas as escolas, a despeito de sua alienação em termos históricos, alargaram, porém, sensivelmente, o instrumental de leitura crítica e alçaram a análise literária a níveis de excelência inéditos.

No entanto, a marcha dos acontecimentos impeliu a ciência da literatura para dimensões já organizadas em outras coordenadas, de perspectiva histórica, de resgate do sujeito e da valorização das narrativas onde a ignorância dos processos de transformação social seria comprometedora para a sobrevivência da disciplina. Dentre os novos elementos que contribuíram para uma nova ótica de recepção do texto literário, figurava, com destaque, o próprio leitor, agora visto como o beneficiário de uma herança social e política. Começava a se armar um enquadramento diferente, constituído de parâmetros receptivos antes desconsiderados.

Para JAUSS (1994: 25), a história da literatura é “um processo de recepção e produção estética” que inclui as atualizações previstas por Iser e que se realiza na produção de uma leitura mais rica do texto, implicando na participação ativa do leitor, do autor, “que se faz de

novo produtor,” e do crítico (JAUSS, idem). O teórico confirma, assim, a eficácia da atualização, mas toma o cuidado de inseri-la num âmbito mais amplo que alarga a ideia para um *horizonte* já proposto pela obra literária, mas nem sempre entrevisto pela sociedade quando de seu lançamento. Ao ser revisitada, a obra adquirirá um novo significado, caso o momento de realização desse *horizonte*, antes proposto, já tenha chegado para os leitores (JAUSS 1994: 44).

A atualização de obras depende também de outros fatores que antecedem as estratégias de produção e mercado. JAUSS (1994: 40) opina que “a obra do passado somente pode nos dizer alguma coisa se aquele que hoje a contempla houver colocado a pergunta que a traz de volta de seu isolamento”. Esta pergunta, contudo, não será, obrigatoriamente, a mesma. O professor de Konstanz assevera que:

A tradição literária é uma dialética de perguntas e respostas, que é sempre mantida em movimento a partir da posição no presente. Um texto pretérito não sobrevive na tradição histórica por causa de antigas perguntas conservadas pela tradição para a eternidade e a nós refeitas da mesma maneira. Apenas o interesse pode decidir se uma questão passada e supostamente atemporal ainda ou, de novo, nos sensibiliza, enquanto outras nos escapam inadvertidamente. Este interesse desprende-se da posição no presente, exercendo sobre ela uma crítica ou dando-lhe sustentação. (JAUSS 1970b: 235)

Uma observação do próprio JAUSS (1994: 76, 77) corrobora essa opinião ao comparar seu alcance e objetivos com outros sistemas críticos como a semiótica, a análise do discurso e o desconstrutivismo. Estes são paradigmas que, segundo ele, “põem em jogo a primazia idealista da razão centrada no sujeito e apoiada por Jürgen Habermas” e comprometem a relação com a história na medida em que desconfiam das narrativas e da progressão da humanidade rumo aos objetivos traçados pela Ilustração.

O conceito de **agir comunicativo** viria inspirar Hans Robert Jauss em sua nova teoria literária e ajudar a entender boa parte das orientações da literatura alemã a partir dos anos 1970, em especial a literatura de resgate, que se propõe reencenar o passado – na época, ainda recente –, realizando assim um gesto de reflexão e autoavaliação social dentro dos princípios da Modernidade, aqui sempre tomada como um projeto fiel a seus aspectos originais, iluministas, de esclarecimento histórico e de construção institucional.

### 3. Escalas

A literatura aspira, por isso, à condição de arte de recontextualização histórica, e não experimentá-la sob esse aspecto é, no mínimo, frustrante. O impacto da **Teoria da Recepção** sobre a pesquisa literária foi considerável, sobretudo na área de estudos comparados, que se tornaram fortalecidos metodologicamente e mais aptos a lidar, inclusive, com “dados de sustentação do sistema literário”, como as diferentes traduções e edições (CARVALHAL 1999: 70). Segundo CARVALHAL, esses estudos de recepção comparada mostram-se particularmente rentáveis quando se procede a investigações de acolhida de uma obra em duas áreas culturais diferentes (idem: 73), pois, além da distância cronológica, pode-se também explorar a distância epistemológica ou mesmo política, mas que, em nossa opinião, não tardam a diminuir, tão logo os campos de saber se ponham em contato.

No caso específico da literatura de confronto, ganha relevo a hipótese de que sucessivas abordagens do tema da *Vergangenheitsbewältigung* (elaboração do passado) e da *Vergangenheitsverdrängung* (recalque do passado) mantêm sempre atuais as primeiras obras desse gênero, visto que as últimas reforçam a reconstituição do horizonte de expectativas das primeiras publicações. Em segundo lugar, essa disposição dos autores, dos editores e do público de se debater com a questão é, provavelmente, indicador de modernidade não só da literatura alemã, mas da própria Alemanha, já suficientemente amadurecida para os confrontos de significado. Por fim, a **Estética da Recepção** seria, ao lado dessas obras, um segundo instrumento de modernidade, um elemento a mais no cenário da esfera pública alemã, cada vez mais preparada a receber os textos voltados à revisão de responsabilidades e atitudes no Terceiro Reich.

Ao contrário do que se acredita, o conceito de **horizonte de expectativa** não é originalmente de Jauss, mas de seu professor em Heidelberg, Hans-Georg Gadamer, que o empregou pela primeira vez em 1961 (Cf. ZILBERMAN 1989: 11). Tratava-se da tentativa de “revisão da história sem ter de percorrer a trilha, talvez já por demais batida, do marxismo” (idem: 12). Pondo em contato a teoria de Hans-Georg Gadamer, que inspirou Jauss, e a sugestão de Tânia Carvalhal, estaremos aqui considerando vários **horizontes de expectativas**, além daqueles de recepção no passado e no presente.

Ao se trabalhar com um gênero como a **literatura de resgate**, seria preciso comparar as diferentes visões que cada autor propõe, por exemplo, sobre o tema “nacional-socialismo”,

sobre suas causas e consequências. Em outras palavras, verificar de que maneira o **horizonte de expectativas** históricas e os significados particulares atribuídos aos acontecimentos interagem no plano literário. Por esse motivo, Hans Robert JAUSS (1970b: 243) faz notar que a teoria literária não poderá mais dispensar o “conteúdo” mesmo da narrativa e prosseguir como uma ciência formalista, impressionista ou estruturalista:

[...] a ciência da literatura poderá certamente ser também uma ciência dos conteúdos. Ela terá de sê-lo, uma vez que a ciência histórica não pode subtrair-lhe a atribuição de fechar o fosso entre autor e leitor, leitor e crítica, crítica e historiadores, e também entre as funções do [sistema] literatura (produção, comunicação e consumo) que Roland Barthes aprofundou por razões de rigor metodológico.

É de se esperar que a recepção às obras da literatura de confronto publicadas na década de 1990 tenha sido favorecida por aquelas lançadas nos anos de 1960 e 1970, cujos conteúdos, no fundo, ainda não se esgotaram. Este nosso presente é a “viva continuidade” de um passado cuja interpretação é também função da nossa experiência, de uma fusão de nosso **horizonte de expectativas** com o horizonte dentro do qual está situada a própria obra (EAGLETON 1997: 98).

A fim de que o horizonte proposto pela obra se constitua em verdadeira experiência para o leitor, é necessário que este tenha feito um investimento prévio, efetuado através de outras leituras, de seu próprio conhecimento de mundo e de agenciamentos literários. Sua assertividade e sua competência em se debater com o tema da obra colocarão em questão o comportamento das personagens diante das terríveis contingências. Dessa forma, haverá maiores chances de tornar o texto um patrimônio espiritual, talvez muito mais amplo do que o autor pudesse supor (EAGLETON 1997). Abandonam-se, assim, as pretensões de se conhecer o texto “como ele é”, renuncia-se a uma leitura imanente, pois sempre se imporá a experiência acumulada de mundo e de literatura, além da evocação das circunstâncias nas quais o texto foi construído. O regime político da sociedade na qual o texto se produziu, por exemplo, ou a época de recepção do título podem exercer maior ou menor pressão sobre a questão levantada pela obra.

O procedimento multidimensional, recomendável em qualquer leitura, é ainda mais ampliado quando comparamos metodicamente obras produzidas em diversas ocasiões em torno do mesmo tema. O confronto de significados torna-se particularmente enriquecedor quando se sabe que a questão discutida é de natureza polêmica e está longe de ser silenciada.



A cada novo refluxo, o problema ganha em complexidade, remodelado por critérios historicamente intrínsecos a uma cultura, num processo incessante de transformação que confere sempre novas perspectivas à matéria recorrente (EAGLETON *ib.*).

Estes refluxos são particularmente perceptíveis na prática das casas editoriais que publicam gêneros como a **literatura de resgate**, pois permanecem atentas às oportunidades de mercado que os jubileus históricos e literários proporcionam. É o caso, por exemplo, dos recentes lançamentos nas livrarias alemãs de diversas biografias e de um livro com a correspondência dos irmãos Scholl, Hans e Sophie, universitários mártires da resistência contra o nacional-socialismo. Sua sentença foi executada há mais de sessenta anos, em 1943, mas a memória do grupo secreto fundado por eles, o *Rosa Branca (Die Weiße Rose)*, ainda é reverenciada em toda a Alemanha (MAGALHÃES-REUTHER, 2003).

Essa reorganização periódica das condições de recepção são resumidas em *frames*, em enquadramentos particulares a que um leitor submete um texto, e que, apenas com as devidas adaptações de uma leitura para outra, formam um conjunto característico de acolhimento de uma obra em certa época e lugar, um contexto cultural que o teórico polonês Roman Ingarden chamou de *schemata* (EAGLETON, *ibid.*: 106). A partir desse “pré-entendimento”, que é também literário, o leitor estará apto a se envolver com a obra de maneira menos tímida se, por exemplo, também fizer parte de seus esquemas uma familiarização anterior com textos do mesmo gênero e temática, em maior ou menor grau de indeterminação. Em qualquer circunstância, atritos de significado serão inevitáveis, mas fazem parte do trabalho da crítica livre que não espera de cada obra nem um todo harmonioso, nem acordos absolutos com ideologias ou com o discurso regente. Pelo contrário, é atribuição sua, afinal, “reconstruir o texto de modo a torná-lo internamente coerente” (EAGLETON 1997: 111).

## 4. Frankfurt

Esses confrontos, nos quais se incluem contrastes com outros textos, inserem-se adequadamente nos preceitos da **Teoria do Agir Comunicativo**, elaborada por Jürgen Habermas. O que nela importa não é o acordo nem a recepção incontestável, mas sim o vigor do debate, o que aponta para a possibilidade de a literatura de resgate constituir-se, ela também, em agir comunicativo. Essa opinião fundamenta-se no fato de que se trata de um

gênero literário que coloca em discussão uma questão existencial, nacional, identitária, ética e moral. A ‘mera’ encenação de um período controvertido da história alemã já caracteriza uma ação comunicativa de base linguística, o que, necessariamente, inclui a literatura.

Amadurecida ao longo das décadas de 1960 e 1970, a **Teoria do Agir Comunicativo** só receberia seu aspecto acabado após considerar conceitos trazidos pela filosofia da linguagem. Seu ponto de partida haviam sido reflexões anteriores de Adorno e Marcuse a respeito da falência dos pressupostos filosóficos iluministas, sobretudo na Alemanha, o que impedira a emancipação civil da coletividade (Cf. ARAGÃO 1997: 12) A revisão que Jürgen Habermas impôs à sua teoria prevê amplo espaço à comunicação verbal, pois acredita que estejam implícitas na própria estrutura da linguagem as predisposições humanas para a negociação, para um **agir comunicativo** já esboçado em estudos anteriores de Chomsky, Grice, Austin e Searle, linguistas e mestres da pragmática que inspiraram o pensador alemão (HABERMAS 1990b: 78 e 79).

Apesar de certa dose de idealização em suas “máximas” ou “condições de felicidade”, nenhum deles contesta que a linguagem não esteja livre de coação ou manipulação. Nas inúmeras ocasiões em que Estados autoritários submeteram a linguagem a seus interesses e programas, caracterizou-se intervenção na comunicação.

Nesse processo, está reservada à literatura a tripla função de guardiã, de recuperadora e proponente de significados. Depois de muito tempo restarão ao lado do texto de literatura, a historiografia literária e os registros da crítica que receberão dos anos a maturação das mentalidades, experiências que virão oferecer uma nova ótica aos observadores de um objeto já distante. Segundo GADAMER (1973), não se **fundir** os dois horizontes, e o texto será então apreciado, isento de paixões ou da fria indiferença que marcaram os afetos em sua época.

A literatura constitui-se em sistema autônomo de ações (GRANT 1995) de produção, distribuição, consumo e crítica, o qual, ao operar na esfera pública, contribui para a regularização de procedimentos entre o sistema e o **mundo-da-vida** (*Lebenswelt*). Atua como intermediadora, como instância de comunicação que pretende cumprir objetivos tanto de ordem estética como também moral e emancipatória, apta a propor alternativas de existência que reforcem o paradigma da auto-consciência do sujeito.

A **Teoria do Agir Comunicativo** recebeu seu reforço definitivo justamente através de um embasamento de ordem linguística que, por sua vez, repousa sobre uma condição antropológica. Lúcia ARAGÃO (1997: 60), que estudou esse contexto, afirma:

[A] “guinada linguística” de Habermas é sua grande contribuição em relação aos pontos de estrangulamento e ao pessimismo radical em que se lançou a Escola de Frankfurt. Na medida em que Habermas substitui o paradigma da filosofia da consciência pelo da filosofia da linguagem, abrem-se horizontes utópicos, com a entrada em cena de novos elementos, a saber, as estruturas de racionalidade comunicativa corporificadas em práticas comunicativas diárias, que podem resistir aos ditames da razão instrumental.

Habermas submete então seu pensamento a uma segunda revisão, em 1973 (Cf. ARAGÃO 1997: 25 e 51), na qual leva em conta a racionalidade embutida na própria linguagem. Posteriormente, sua teoria passaria por outros aperfeiçoamentos até culminar, em 1984, na **Teoria do Agir Comunicativo** (Cf. ARAGÃO *ibid.*: 61). Para tanto, a integração ao texto de preceitos oriundos da pragmática conferiu ao conjunto uma fundamentação que demonstrava que a aptidão natural do homem para um agir racional e, portanto, comunicativo, forma a base de uma estrutura psicológica que acaba por se estender à sua forma de organização em sociedade, às suas instituições.

Essa nova organização é levada a cabo pela observação de certas normas comunicativas, por exemplo, as já citadas **Máximas de Grice** (HABERMAS 1990b: 78) que, à primeira vista, parecem um tanto idealizadas, mas que, de fato, se impõem, caso os participantes estejam empenhados sobre as vias do acordo. SIEBENEICHLER (1989: 94) confirma esse ponto de vista:

[...] os processos de entendimento, que têm por finalidade o consenso, têm de satisfazer necessariamente às condições de um assentimento racional que se dá ao conteúdo de um proferimento. [...] Isso significa que, tanto o primeiro falante, que levanta, através de seu proferimento, uma pretensão de validade, como o segundo falante, que reconhece ou rejeita esta pretensão, apoiam suas decisões em algum tipo de razão ou argumento.

Nem sempre, contudo, a comunicação se dará com vistas ao consenso, embora não deixe de operar dentro de certas regras de entendimento. Neste caso, adentrar-se-ão os limites do **discurso**. Esse termo recebe de HABERMAS uma acepção diferente da de Foucault, pois nele Habermas não vê, necessariamente, uma relação de sujeição a regras que implicam perda de assertividade para a parte que se ache em desvantagem política ou linguística. SIEBENEICHLER

(ibid.: 96) explica que, em “discursos ou discussões participantes não trocam informações, não conduzem ou realizam ações [...], mas procuram argumentos aptos a fundamentar pretensões de validade”.

A partir das quatro pretensões de validade (a pretensão da compreensibilidade, a de verdade do conteúdo proposicional, a de correção e a pretensão de sinceridade), Habermas deriva também sua teoria peculiar de discurso a que SIEBENEICHLER (1989: 96-97) se refere como “teoria da argumentação”. Por sua vez, o discurso é estruturado por argumentos e recorre à pretensão de verdade e de correção como “forma de resgate”, ou fundamentos para sua realização. O discurso, para Habermas, constitui-se, em síntese, como base de todo agir racional:

Habermas toma [a teoria da argumentação] como canal para explicitar a **racionalidade** comunicativa que se desdobra descentralizadamente nas quatro pretensões de validade. [No discurso] os participantes tematizam pretensões de validade **críticas**, tentando resgatá-las através de argumentos que contêm “razões”. O argumento constitui, pois, [...] um comportamento **racional**, que é **crítico** e, portanto, **corrigível**, podendo ser melhorado sempre que se descubrem os erros. (SIEBENEICHLER 1989: 96-97)

Os grifos do trecho são de nossa autoria para dar relevo precisamente às características desse discurso que tanto pode ser o debate político e o discurso científico quanto o literário, e que pretende rediscutir pretensões de validade ainda não suficientemente esclarecidas a respeito de um tema histórico, social ou político. Para acentuar a diferenciação entre **ações comunicativas normais** e **discurso**, é preciso ter em conta que neste as pretensões de validade já não são mais aceitas sem argumentação, isto é, passam a ser “problemáticas”, pois são motivo de dúvida, o que se mostra mais claro se tomarmos o Direito como modelo. De fato, no tribunal, “uma pretensão de validade somente será justificada quando puder ser mantida na base de argumentos” (SIEBENEICHLER 1989: 98). Ou seja, dependendo do âmbito do debate, os argumentos deverão, agora, basear-se em razões ou já suficientemente comprovadas ou necessariamente demonstráveis segundo as regras daquele discurso.

Apesar desses atritos, é de se esperar que a discussão de ideias se realize dentro de limites razoáveis, pois divergências deverão ser mais de ordem adjetiva que substantiva. No âmbito da literatura, o leitor assume agora mais iniciativas, mas sua assertividade não será ilimitada. É ingênuo supor que podemos fazer com textos tudo o que desejarmos. Admitindo-se que estaria superada a tradição escolar de nos impor suas leituras, estamos sujeitos a outros

tipos de condicionantes. EAGLETON (1997: 120) nos lembra que, por pertencer à língua como um todo, “textos também têm relações complicadas com outras práticas linguísticas”.

Com efeito, se pensarmos em obras publicadas na República Democrática Alemã, RDA, até 1989, compreenderemos essa imbricação. Lá, e em outras fronteiras onde o Estado já impôs, ou ainda impõe regras à arte e à literatura, não se pode esperar que autores dissidentes consigam contornar obstáculos políticos de controle da linguagem sem criar, eles mesmos, uma nova expressão que garanta a comunicação com seu público, ainda que de forma cifrada.

Em tais circunstâncias, seja dentro ou fora dos padrões estabelecidos pela censura, textos literários estarão inseridos dentro de certa cultura linguística que orientará as leituras que se possam dizer “autorizadas”. No fundo, nossa assertividade não é ilimitada, embora, nem por isso, deva ser desencorajada. Fazemos parte de determinada **comunidade interpretativa** sobre a qual as palavras exercem poder específico que não desaparece quando as encontramos em outro lugar.

Neste ponto, é adequado falar em assertividade de uma literatura de confronto ou de resgate, que vem justamente romper mais um elo no jugo da heteronomia. Ao pôr em julgamento os vícios dos velhos sistemas normativos (HABERMAS 1989: 195), ela se insere nas prerrogativas de uma **Ética do Discurso** cujo programa se baseia em conceitos de legitimidade (id.: 196). Os atores sociais precisarão se esforçar e inquirir os pressupostos, arguir os princípios que se encontram por trás das normas. Essa nova “diferenciação do conceito de dever” (id.) exige uma disposição social que deixe clara a universalidade desse acordo para todos os participantes.

A adoção de um novo parâmetro linguístico é particularmente interessante na Alemanha do século XX, que – em termos simplistas – “retrocedeu” na escala política ao acolher, de bom ou mau grado, o nacional-socialismo e submeteu-se ao regime de minoridade civil imposto pela língua do Terceiro Reich. Em seguida, compelida a um expurgo ideológico, adotou duas linguagens de caráter antagônico. Finalmente, após o fim da RDA, a população do leste viu-se às voltas com novos padrões, esquemas sintáticos (através de novas associações) e lexicais (acesso a um novo vocabulário) que inauguraram para ela uma nova ordem de “contraconceitos”. Este é o patamar sobre o qual o indivíduo se torna sujeito. Superados os dois estágios de maturação civil anteriores, a saber, o das **interações comunicativas** ou **agir comunicativo** (de caráter espontâneo) e o do **agir argumentativo** (a

obediência às normas discursivas), adentra-se a região da **Ética do Discurso** quando se verifica a maioria civil, a contestação da norma (HABERMAS 1989: 157, 165).

Vale a pena chamar a atenção ao fato de esses estágios terem surpreendente semelhança com os três estágios visualizados por Heinrich Heine (Cf. KROCKOW 1990: 244) para o itinerário civilizatório alemão: superada a Reforma, os alemães chegaram à filosofia (*Aufklärung*) e esta deveria conduzi-los à revolução, mas invertida a ordem, os alemães abandonaram a filosofia e acabaram chegando à contrarrevolução (id.: 251).

EAGLETON (1997: 116ss.) é da opinião de que “a língua é um campo de forças sociais que nos moldam até as raízes” e que determinam todas as nossas ações e não simplesmente a recepção de obras literárias. A prática e negociação com base na linguagem é um dos vetores dos campos de força da Modernidade. Umberto ECO (2001: 205) vê no exercício da tolerância uma das lições maiores da Modernidade. Contudo, sua existência só é garantida se for devidamente exercitada em casa ou nas escolas, isto é, nos lugares onde se abre espaço para a reflexão e a ponderação comunicativa. Vistos a partir de uma perspectiva mais ampla, esses campos de força constituem, em conjunto, aquilo que se entende por **esfera pública**, o fórum de debates em que as ações do **mundo-da-vida** se confrontam, onde as opiniões se entrecruzam, onde as práticas democráticas, enfim, amadurecem, pois a matéria de interesse coletivo vaza dos gabinetes e é trabalhada pelos veículos de comunicação. A literatura é parte desse sistema maior e já vai longe o tempo em que ficava confinada aos salões e às academias.

A interpretação do texto ultrapassa a prática autônoma, auto-suficiente, e projeta-se no espaço midiático interdisciplinar. A pesquisa de Jauss veio sublinhar os vínculos da arte com a história. Teóricos como Harro MÜLLER (1996: 278) situam, implicitamente, a literatura nos limites da esfera pública, arena de disputas entre receptores e doadores de sentido, fortalecendo, assim, uma ponte já construída pelo próprio JAUSS (1994: 77) entre sua estética e a **Teoria do Agir Comunicativo**, de Habermas. Ainda dentro desse quadro, MÜLLER (ibid.: 280) identifica a historiografia literária como “uma das esferas parciais que servem à reprodução de sentido”, como uma de suas fontes básicas, representada pelo “passado cultural”, que seria, por si só, um produtor de sentido, às vezes energicamente contestado.

Além de Hans Robert JAUSS (1994: 76ss) e Harro MÜLLER, também Nikolaus WEGMANN (1996: 286) considera favorável a perspectiva de se estudar a **Estética da Recepção** a partir de suas aproximações com a **Teoria da Ação Comunicativa** e incentiva a

comparação “[d]as novas histórias da literatura com o estado atual da teoria habermasiana”. Para ele, esse procedimento “valeria bem o esforço e, sem dúvida, promoveria o avanço do conhecimento”. Esse agenciamento se inscreveria como uma das “provocações” sugeridas por Jauss, em 1970, quando apresentou a versão definitiva da conferência de 1967: *Literaturgeschichte als Provokation der Literaturwissenschaft*. No entanto, não se deve esquecer que essa mesma historiografia pode ser um documento com certos comprometimentos, de índole ideológica, omitindo certos títulos e gêneros e dando destaque a outros, emitindo julgamentos cristalizados a respeito da literatura popular ou evitando ampliar o espectro da literatura em geral, impingindo, enfim, uma série de significados que ela pretende ver eleitos e empossados. Nesses termos, não apenas a **Teoria da Recepção**, mas também outras teorias poderiam atuar como “provocações” conservadoras.

## 5. Rumo à Modernidade

Em um dos estudos mais abrangentes sobre a **Estética da Recepção** até agora publicados em nosso país, Regina ZILBERMAN (1989) situa a ascensão de Jürgen Habermas no cenário intelectual ocidental no mesmo contexto de aparecimento dos estudos de Jauss, o que, segundo a pesquisadora, não se deu por mera coincidência, mas por terem a mesma filiação iluminista (ZILBERMAN 1989: 42):

[...] moderno e Modernidade são palavras muito caras à estética da Escola de Frankfurt, estando presentes (nem sempre em sentido idêntico) nos textos de Walter Benjamin e Theodor Adorno, ambos em grande evidência por ocasião do aparecimento do texto de Jauss e de J. Habermas [...].

Vê-se, portanto, o reconhecimento da afinidade entre os textos de Jauss e de Habermas, cronológica e ideologicamente muito próximos. Tratava-se, não de intencionalidade, mas de convergência espiritual e política, evidenciada pela observação das transformações sociais por que o ocidente passava no final da década de 1960, pela revisão do processo histórico que iria determinar toda a progressão de acontecimentos e polaridades aí definidas até a década de 1990. Em termos de ciências humanas, reconhecia-se a necessidade de se aprofundar as imbricações do passado com o presente a fim de que novas posturas viessem ao encontro das

novas relações internacionais e intelectuais em toda a Europa. A RFA começa a ensaiar uma aproximação com a RDA, num gesto que não visava a uma reunificação, naquela época ainda impensável, mas a uma política de *détente* para a qual as duas metades da nação já se mostravam maduras, transcorridos quase vinte e cinco anos de Guerra Fria.

Na verdade, recuperada em sua economia e mais estável politicamente, a Alemanha reconhece que era chegado o momento de se reconduzir, emancipada da tutela dos aliados, de volta à Modernidade, abandonada desde o fim da República de Weimar. Naquela ocasião, era fundamental para os alemães – e assim entendeu, anos mais tarde, Willy Brandt – que esse retorno fosse empreendido por iniciativas próprias, como demonstrou com sua visita à RDA, em 1970.

Por sua ênfase nas possibilidades dialógicas da história e da historiografia literária, a **Estética da Recepção** representou uma significativa contribuição da academia no sentido de não apenas enriquecer a teoria literária, mas, sobretudo, de servir de *Wegweiser*, de indicador do caminho de volta nessa expedição rumo à Modernidade. Ao admitir a capacidade da obra literária de expandir sua historicidade e atribuir ao leitor a corresponsabilidade na construção de sentido através da fusão de horizontes, ela não renega seus fundamentos na Ilustração (ZILBERMAN 1989: 51):

A postura é reconhecidamente iluminista, o que é admitido por Jauss em vários ensaios, seja quando enfatiza a função emancipadora e, sob este aspecto, exemplar, da literatura e da história da literatura, seja quando se filia à tradição estética de Kant, em oposição à de Hegel.

Com efeito, ao contrário deste último, que entendia o prazer estético basicamente como dependência dos moldes clássicos (Cf. JAUSS, 1994: 17), vagante no caráter atemporal da incorruptibilidade do espírito e da neutralidade das imagens, Jauss prefere concebê-lo como Habermas, isto é, na forma de um prazer estético como função do juízo que, a partir de um diálogo comunicativo, portanto, razoável com o passado, reconstrói através da obra os significados no presente.

A construção conjunta de significados que, em Habermas, se traduz por inclinação para o acordo, seria consequência direta da própria linguagem implícita na comunicação. O julgamento da obra de arte teria, assim, a capacidade de exercitar nos homens essa competência inata. Entenda-se aqui que essa harmonia não se refere obrigatoriamente à opinião estética coincidente com o gosto, mas sim, à vontade de negociar, de debater



significados. A manifestação artística abriria um fórum de entendimento, uma chance de se praticar a razão, o que constitui uma responsabilidade nada desprezível. Nessa esfera, inclusive, é claro, a literatura que abriga em si toda uma série de oportunidades que permitem o cotejo de diferentes valores, principalmente se ela se concentra sobre questões que põem em jogo condições indignas ou coercivas da existência. Como dito acima, o conteúdo, a declaração, o depoimento, muitas vezes revestido de caráter autobiográfico, como acontece no caso da **literatura de confronto**, passa a ter primazia diante da forma e da estrutura.

Nesse sentido, “Jauss situa o valor num elemento móvel: a distância estética”, que se manifesta no intervalo entre as propostas de significação no texto e o **horizonte de expectativas** do leitor que as recebe (Cf. ZILBERMAN 1989: 35), o que, necessariamente, atualiza a construção de Kant e torna a arte um instrumento de exame crítico da realidade.

De acordo com a época de (re)leitura, essa defasagem pode estar mais ou menos pronunciada, o que provoca afastamento ou aproximação entre público e obra. Tudo vai depender das possibilidades da literatura de reativar, de reconstituir a mesma pergunta para a qual o texto foi elaborado como resposta, mesmo que ele se antecipe a ela, como foi o caso de *Madame Bovary*, especificamente analisado por JAUSS (1994: 33). A fusão de horizontes terá, então, de aguardar mais tempo, até que se compreenda que o texto vem ao encontro de uma conformação que começa a se definir na sociedade (Cf. ZILBERMAN 1989: 36).

Não devemos entender com isso que a literatura deverá parecer sempre “gentil” com seu público – ao contrário. Se o texto de Flaubert causou tanta polêmica por ocasião de seu lançamento, realizado aparentemente em “hora errada”, é porque, no fundo, a França do *Second Empire* mostrava sinais de desconforto com uma moral hipócrita, de aparências, já denunciada pelas *Fleurs du mal* de Baudelaire (Cf. LAGARDE 1962: 430). Quantas obras da literatura universal não teriam sido relegadas ao esquecimento, caso tivessem esperado por seu “momento adequado”? Autores como Oscar Wilde, Virginia Woolf e Marcel Proust pareceriam mesmo pudicos e ultrapassados se não tivessem ousado “antecipar-se” à sua época.

À nova teoria literária cabe investigar outra natureza de inter-relacionamentos que possa pôr em contato não só obras cronologicamente distantes ou obras de temática convergente, ou autores aparentados espiritual e estilisticamente, mas também afinidades históricas que sinalizam disposições paralelas. JAUSS (1970a: 110) experimenta aproximações pertinentes entre momentos políticos afins da história alemã. A atuação de grupos de literatos,

como aquele em que se enquadram Heine, Börne e Marx, representantes de um *Vormärz* que foi devidamente reabilitado no período pós-1945, seria um exemplo dessas possibilidades. Embora lhes tenha faltado a terrível convivência com a guerra, conheceram muito bem a angústia da perseguição por propor aos alemães “a essência avançada da França” (JAUSS, 1970a: 111). Ou seja, a experiência civil francesa deveria dar novo impulso à filosofia alemã. A comparação procede na medida em que Jauss reconhece, tanto no período posterior a 1830 como no imediato pós-Segunda Guerra, a conscientização de uma nova etapa civilizatória.

O tempo molda cada leitura e concede significado diferente tanto à pergunta quanto à resposta. Aquilo que, a princípio, fora motivo de estranheza, ousadia ou repúdio, pode, anos mais tarde, parecer até mesmo modesto e acadêmico. A patente de *obra de arte* atribuída a um texto só estará assegurada na medida em que, a cada reexposição, se descubra algo que antes não merecera atenção ou que permita constatar sua atualidade. Nela se reconhecerá uma resposta para a pergunta que não se calou. Desfaz-se, dessa forma, o círculo hermenêutico e liberta-se uma “espiral de infinitas interpretações” (ZILBERMAN 1989: 73), sempre dispostas a se reorganizar a cada nova leitura. A literatura de confronto assume essas responsabilidades, propondo a cada lançamento um novo olhar sobre o passado ainda traumático, mas, também, um novo olhar sobre obras literárias anteriores e, conseqüentemente, sobre o grau de comprometimento com a verdade em cada autor.

A Segunda Guerra Mundial deixou lesões na história alemã cuja cicatrização vai exigir mais tempo do que se imaginava. Não apenas a questão judaica no país permaneceu bom tempo em aberto, como também outras pendências mais ou menos a ela ligadas, como os crimes da *Wehrmacht*, a fuga dos alemães do leste (*Treck*), a presença de empresas alemãs em campos de concentração, as longamente negociadas reparações de guerra a ex-prisioneiros sobreviventes (parcialmente saldadas entre 2000 e 2001). Esses e outros temas poderão, um dia, ser contemplados pelo olhar literário. Esse vaivém da maré da memória reflete-se na arte através de visitas periódicas aos temas e, conseqüentemente, de novos olhares sobre eles.

Ao situar a nova obra dentro de uma cronologia, a **Estética da Recepção** igualmente a localiza dentro de uma rede de significados multirreferentes, efetuando, assim, uma operação de índole moderna. Essa filiação à *Aufklärung* torna-se mais nítida na medida em que a história é considerada como um estado de consciência em permanente mutação, o que implica em se adotar uma visão da historiografia literária também em movimento perpétuo de acomodação de seus elementos.

No caso particular da Alemanha e da **literatura de resgate**, este cenário é reconstruído ao se reconhecer que cada novo título abre perspectivas inéditas sobre o passado. Esse movimento dialético incessante põe a **Escola de Konstanz** em contato com a **Teoria do Agir Comunicativo**, na qual a literatura desempenha um papel de observadora do **mundo-da-vida**, constantemente ameaçado pelas ações da razão administrativa e por “patologias” de origem diversa.

Sempre sujeito a críticas, o ideal da Modernidade já experimentou distorções de sentido e abusos de toda ordem. Nem o lado meramente utilitarista, material, técnico do pensamento é digno de ser tomado como o todo, nem aparentes omissões devem ser vistas como sua falência. Sua força maior evidencia-se na capacidade de crítica que a própria Modernidade traz em si mesma. SIEBENEICHLER (1989: 109) reformula a questão com mais propriedade:

O problema central da ‘Teoria do agir comunicativo’ gira em torno da possibilidade de interpretar os processos de modernização da sociedade atual em categorias de uma teoria da racionalidade [...]. Será possível interpretar a modernização capitalista como um processo de racionalização? [...] será possível apoiar esta teoria da racionalização da sociedade numa teoria da racionalidade comunicativa?

O desgaste do mundo socialista e do mundo capitalista já demonstrou suficientemente bem que a verdade não está monopolizada por nenhum dos lados. O processo de modernização das sociedades como a industrialização, a automação, a informatização, a “internetização”, a política de emancipação de minorias, a segurança e a saúde pública são testemunhos da necessidade de adaptação e aperfeiçoamento do projeto original às exigências da atualidade, mas para SIEBENEICHLER (ibid.: 155), não devem conduzir-nos a um pessimismo cético; afinal, “mesmo que no capitalismo tardio as utopias da sociedade de trabalho e da produção tenham secado, é necessário continuar admitindo um desenvolvimento para melhor.”

Se a origem de suas ideias remonta ao Iluminismo, é natural que a visão de Habermas contenha um elemento de otimismo intrínseco a essa filosofia. Contudo, por mais louváveis que pareçam, todas essas iniciativas tendem a relativizar a intersubjetividade intrínseca da linguagem, monitorada por práticas discursivas coercitivas – no sentido de **ordem do discurso** – que decidem *a priori* o que, quando e como pode ser dito. Qual espaço caberia à literatura alemã dentro desse sistema, já se perguntavam os jovens autores, membros do Grupo 47, voltado sobretudo para a reelaboração do passado de violência.

Cabe aqui a pergunta: seria tarefa da literatura reencenar todos os conflitos e devolvê-los à esfera pública para reflexão? Serão todas as matérias literarizáveis? Toda literatura precisa ser engajada? É sabido que muitos temas precisam de um tempo suficientemente longo para serem tratados literariamente de forma convincente. Outros, por mais urgentes que se tenham mostrado na mídia, jamais serão encenados na ficção. Às vezes, o melhor jornalismo não é promessa para boa literatura, pois ela possui sua própria agenda. No entanto, tanto a literatura quanto a teoria que a estuda podem exercer papel relevante na arena de debates, uma vez transcorrido o tempo necessário para que o **mundo-da-vida** e as investidas do sistema contra ele se transformem em matéria da literatura.

A historiografia literária assume, assim, outro enquadramento na **Ética do Discurso** de Jürgen Habermas. Em nosso entender, uma teoria literária que se inspire em conceitos da **Teoria do Agir Comunicativo** e conjugue a história com a historiografia literária terá mais chances de cumprir imparcialmente sua rota e se inscrever como **ação comunicativa**. Essa nova atribuição levará a **Estética da Recepção** a formular novas perguntas, inclusive aquela a respeito da finalidade da literatura para nossos contemporâneos, envolvidos na maior revolução cultural desde a invenção da imprensa e que impõe, através da informática, não só outras relações do homem com a língua, mas também grandes desafios à literatura.

## 6. Anos de cão, séculos de exclusão

Como texto de ilustração da literatura de resgate, nossa escolha recaiu sobre *Hundejahre* (*Anos de Cão*), de Günter Grass, terceiro livro da conhecida *Trilogia de Danzig*, composta também por *Die Blechtrommel* (*O Tambor*, 1959) e *Katz und Maus* (*Gato e Rato*, 1961). Publicado em 1963, *Hundejahre* é, dos três títulos da série, aquele de leitura mais complexa em alemão, seja pela multiplicidade de narradores, seja pelo farto uso de expressões do dialeto de Danzig, cidade natal do autor e rebatizada como Gdansk, após a Segunda Guerra Mundial.

O motivo para a escolha deve-se ao fato de que a obra encena as ambiguidades das relações judaico-alemãs elevadas a um grau de paroxismo surpreendente. A Trilogia como um todo trata de pontos específicos de interesse para a literatura de resgate, como a “normalidade” do cotidiano no Terceiro Reich e a angústia das deserções.

O objetivo comum aos três títulos e de toda a literatura de resgate é trazer à superfície da opinião pública o tema do passado, à época, ainda recente, e discutir o envolvimento do alemão comum com a ascensão e manutenção do nacional-socialismo. A urgência dessa empresa justificava-se pela tendência ao esquecimento, ao recalque que a Alemanha demonstrava, sobretudo pelos efeitos do *Wirtschaftswunder*, do milagre econômico em meados dos anos 1950, cujo poderoso discurso incentivava a população a considerar o fim da guerra como sua *Stunde Null*, seu marco zero, a partir do qual tudo era novo e atrás do qual tudo deveria ser apagado. Essa disposição já se generalizava e o recalque da memória era facilmente expresso em clichês do tipo “ninguém-poderia-ter-feito-algo-contra” (MOSER 2000: 26). Tratava-se, portanto, de se quebrar o gelo já espesso e trazer para fora o monstro, antes que ele se perdesse em profundidades ainda mais abissais.

*Hundejahre* veio a público dezoito anos após o fim da era nazista. A distância cronológica necessária para a elaboração do texto e a importância intrínseca da obra elevam-na quase à escala épica. Grass sabia que a Alemanha não poderia ignorar o debate que então encontrava sérias resistências. A questão precisou amadurecer e adquirir contornos definidos pelo tempo e pela memória para ser devidamente transposta à literatura. Nos termos da **Estética da Recepção**, havia um **horizonte de expectativas** suficientemente formado que propiciaria a recepção da obra.

As tentativas anteriores de Heinrich Böll, registradas no primeiro pós-guerra (*Wo warst du Adam und andere Erzählungen* (*Onde estavas, Adão? E outras narrativa* – 1951), concentraram-se nos acontecimentos a partir de um imediato contato com o *front*, sem uma distância reflexiva maior que fosse além das cenas de combate e de execução. Em seu texto ainda ecoam os estrondos da guerra em todo seu horror do momento sem, contudo, deter-se em questionamentos mais amplos de ordem moral.

*Hundejahre*, ao contrário, já trata o nacional-socialismo como processo histórico, como um contínuo cronológico marcado, sobretudo, pelas sucessivas e oportunistas mudanças de caráter e cor política do protagonista Walter Matern, o rapaz alemão que ao mesmo tempo protege e oprime Eddi Amsel, seu amigo judeu. O livro representa a célula básica da grande questão ética e moral que se tornou para a Alemanha o estigma original: a questão judaica e de outras minorias étnicas e políticas no período do nacional-socialismo. Grass concentrou-se na relação simbiótica entre Amsel, o menino judeu, e Matern, seu amigo ariano num bairro da periferia de Danzig durante o Terceiro Reich.

O pai de Amsel, negociante emergente de origem judaica, já se havia deixado batizar e procurava não comentar sua verdadeira ascendência. Pelo contrário, mesmo antes de Hitler ocupar a chancelaria, ele já se esforçava por manter um estilo de vida que não só evitasse sua segregação como também deixasse os vizinhos em dúvida a respeito de sua origem. Sua conduta era semelhante à de tantos outros *Geltungsjuden* na Alemanha. O termo se aplicava aos judeus que aspiravam a uma integração discreta, porém efetiva, baseada numa conduta identificada com os valores alemães e que deveria promover sua aceitação por parte daqueles que haviam sido condicionados a excluir.

Órfão muito cedo, Amsel passa a construir espantalhos para sobreviver, com a ajuda de Matern. Juntos, eles pescam no rio Vístula, que chega ao Báltico através de Danzig, todo o lixo e sucata que será reutilizado na confecção dos bonifrates. Estes representam vizinhos, profissionais e autoridades de todos os postos públicos de Langfuhr, o distrito de Danzig onde vivem os dois protagonistas. Os bonecos são inevitavelmente caricaturas, paródias intencionalmente grosseiras de uma sociedade marcada por um oportunismo deslavado e, no entanto, ávida por definir sua identidade, o que mostra o sucesso dos espantalhos.

Os sentimentos de Matern em relação a Amsel são ambíguos e, de certa forma, refletem a atitude tutelar que a Alemanha impunha aos judeus e à qual eles se conformaram por séculos (ADORNO/ HORKHEIMER 1985: 164). Matern é, ao mesmo tempo, protetor e algoz de Amsel, pois joga no rio o canivete que o companheiro judeu acabara de lhe presentear, num gesto que lembra o de um semideus germânico vingador, paladino do *Deutschtum*, da germanidade, que devolve ao Reno um tesouro que antes ele cobiçara. O desconforto de Matern sobe a tal grau, que não lhe resta saída se não matar Amsel. A obra inteira tem como tema a ambivalência de caráter e de paixão. O texto ilustra a disposição dos alemães, na época tão cindidos como Walter Matern, entre uma vida “normal” e a fidelidade ao Reich (DURZAK 1979: 282), numa condição esquizofrênica de *Doppelmensch*, de dupla personalidade (KROCKOW 1990: 213).

Na última parte de *Hundejahre*, Matern passa a narrar no presente do indicativo, o que parece sintomático, na medida em que demonstra sua incapacidade de encarar seu passado que já acumula uma sucessão de identidades ideológicas oportunistas que ele adotou conforme o momento político (MOSER 2000: 68). Assim, ele passa do apolitismo confortável para os quadros da SA e daí para o partido comunista, para, depois, fugir rumo ao Ocidente. Neste ponto, Matern será acometido por uma nova crise de consciência e declarar-se-á antifascista convicto. Sua trajetória poderia ser comparada a de inúmeros alemães comuns e

de outros que sobreviveram e se destacaram no serviço público ou na empresa privada, mas que tinham atrás de si um currículo suficientemente suspeito (DURZAK 1979: 285).

Essa condição bastarda está igualmente embutida nos “cães” do título, ainda que de modo inverso. Eles se referem à genealogia da pastora alemã Senta, que era filha de Perkum, um animal que pertencia à família de Matern. Mais tarde, Senta trará ao mundo Harras que, por fim, será o pai de Prinz que, como se sabe, era o cão favorito de Hitler. Em diversas passagens da obra (GRASS 1963: 70 etc.), o motivo da linhagem reaparece sempre no tom da linguagem bíblica, o que alude à possibilidade de se considerar a estirpe dos cães como muito remota, simbolizando toda uma raça há séculos submetida ao autoritarismo e à arbitrariedade na Alemanha.

A construção de *Anos de Cão*, em oposição ao *Tambor*, de caráter mais alegórico, pretende-se esclarecedora das circunstâncias que produziram Auschwitz (MOSER 2000: 62). Para alguns críticos, essa aspiração nem sempre se realiza, dada a fragmentação excessiva da malha narrativa (DURZAK 1979: 279 e 283). Um eixo único, porém, traspassa toda a trilogia e confere ao conjunto uma tendência didática perceptível (ARKER 1988: 56) e que se nota em cada obra da literatura de resgate e acentua sua vocação iluminista. Essa ênfase mantém vivo o debate e com ele a efetividade de uma esfera pública nos moldes imaginados por Habermas por meio da ressignificação do passado. Por outro lado, a **Estética da Recepção** propõe a cada jubileu, lançamento ou releitura, uma reorganização da constelação das obras do gênero. Afinal, trata-se de uma literatura que busca compreender de que modo a sociedade alemã, sobretudo a pequena burguesia, cooperou com a ascensão de Hitler ou a ela assistiu de maneira passiva ou aterrorizada. Oprimidos por cima, esses desesperançados ansiavam por segurança e certezas; por sua vez, pressionavam aqueles do andar de baixo, que sempre foram apenas tolerados.

Assim como os alemães foram adestrados na alienação, na intolerância, na fé luterana aliada ao autoritarismo, muitos judeus alemães foram devidamente educados para o desejo de pertencer, de ascender. Essa ânsia por emergir denotava um fascínio por valores que, por não serem de todo alheios, eram tanto mais reverenciados (MOSER 2000: 79) e que, em alguns casos, poderiam levar até a conversão, como admitiu Heine, “se isto lhe abrisse as portas da cultura europeia” (KATZ et alii, 1985: 41).

## Referências bibliográficas

- ADORNO, T.W / HORKHEIMER, M. *Dialética do Esclarecimento*. Rio de Janeiro, Zahar, 1985.
- ARAGÃO, Lucia M. de C. *Razão comunicativa e teoria social em Jürgen Habermas*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.
- ARKER, Dieter. Die Blechtrommel als Schwelleroman. In Arnold. H (Hrsg.) *Text+kritik*. München: Edition Text+kritik, Heft 1, 1988, S. 48-56.
- BRODE, Hanspeter. *Günter Grass*. München: C H Beck, text+kritik, 1979.
- CARVALHAL, Tânia F. *Literatura comparada*. São Paulo: Ática, 1999.
- CULLER, Jonathan. *Teoria Literária*. São Paulo: Cultrix, 1964.
- DURZAK, Manfred. *Der deutsche Roman der Gegenwart*. Stuttgart, Berlin, Koeln: Kohlhammer , 1979.
- EAGLETON, Terry. *Teoria da literatura: uma introdução*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- ECO, Umberto. Leidenschaft und Vernunft. *Der Spiegel*, Hamburg: Spiegel Verlag. Rudolf Augstein GmbH, Nr. 43, p. 200-209, 2001.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 1996.
- GADAMER, Hans Georg. Sprache als Medium der hermeneutischen Erfahrung. In Störig, H.J. (Hrsg.) *Das Problem des Uebersetzens*. Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 1973. P. 402-409.
- GRANT, Colin B. *Literary communication from consensus to rupture*. Practice and theory in Honecker's GDR. Amsterdam, Atlanta, GA: Rodopi, 1995.
- GRASS, Günter. *Hundejahre*. Neuwied am Rhein, Berlin: Hermann Leuchterhand Verlag, 1963.
- HABERMAS, Jürgen. *Consciência moral e agir comunicativo*. Rio de Janeiro. Tempo Brasileiro, 1989.
- HABERMAS, Jürgen. *Pensamento pós-metafísico: estudos filosóficos*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1990.
- HOHENDAHL, Peter. Beyond reception aesthetics. In: *New German Critique* Nr. 28 /s.l./, /s.n./, 1983, p. 108-146.
- ISER, Wolfgang. *Die Appelstruktur der Texte: Unbestimmtheit als Wirkungsbedingung literarischer Prosa*. Konstanz: Universitätsverlag, 1971.
- ISER, Wolfgang. A interação do texto com o leitor. In *A literatura e o leitor*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- JAUSS, Hans Robert. Das Ende der Kunstperiode - Aspekte der literarischen Revolution bei Heine, Hugo und Stendhal. In *Literaturgeschichte als Provokation*. Frankfurt am Main: Suhrkamp Verlag, 1970a.
- JAUSS, Hans Robert. Geschichte der Kunst und Historie. In *Literaturgeschichte als Provokation*. Frankfurt am Main: Suhrkamp Verlag, 1970b.
- JAUSS, Hans Robert. *Estética da Recepção: colocações gerais*. In: *A literatura e o leitor*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- JAUSS, Hans Robert. *A história da literatura como provocação à teoria literária*. São Paulo: Ática, 1994.
- JAUSS, Hans Robert. Tradição literária e consciência atual da modernidade. In: Krieger Olinto, H. (org.) *Histórias de literatura: as novas teorias alemãs*. São Paulo, 1996, p.47-100.
- KATZ, Chaim S. et alii (org.) *Psicanálise e nazismo*. Rio de Janeiro: Taurus, 1985.
- KROCKOW, Christian von. *Die Deutschen in ihrem Jahrhundert 1890-1990*. Reinbek bei Hamburg: Rowohlt, 1990.



- LAGARDE, A et Michard, L. *Le XIXe siècle: les grands auteurs français du programme*. Paris: Bordas, 1962.
- MAGALHÃES-REUTHER, G. Livro homenageia Sophie Scholl, símbolo da resistência a Hitler. Rio de Janeiro: *O Globo*, Caderno Prosa e Verso, p.4; 15.3.2003.
- MOSER, Sabine. *Günter Grass: Romane und Erzählungen*. Berlin: Erich Schmidt, 2000.
- MÜLLER, Harro e Wegmann, Nikolaus. Instrumentos para uma historiografia genealógica da literatura. In: Krieger Olinto, H. (org.) *Histórias de literatura: as novas teorias alemãs*. São Paulo: Ática, 1996, p. 285-302.
- SIEBENEICHLER, Flavio B. *Jürgen Habermas: razão comunicativa e emancipação*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.
- ZILBERMAN, Regina. *Estética da recepção e história da literatura*. São Paulo: Ática, 1989.

*Recebido em 01/03/2011*

*Aprovado em 01/04/2011*